

A LONGA CONJUNTURA CRÍTICA BRASILEIRA DESDE 2013: CRISE E CASTIGO

THE LONG BRAZILIAN CRITICAL JUNCTURE SINCE 2013: CRISIS AND PUNISHMENT

LA LARGA COYUNTURA CRÍTICA BRASILEÑA DESDE 2013: CRISIS Y CASTIGO

RESUMO

O trabalho tem o objetivo de demonstrar a conjuntura crítica que envolve o Brasil desde 2013 com as manifestações de rua, passando pela eleição de 2014, a Operação Lava jato, o impeachment de Dilma, e que culmina com a eleição de Bolsonaro. Os elementos dessa conjuntura relacionam-se, mais do que a uma disputa entre direita e esquerda, a um modo de vida caracterizado e centrado nas redes sociais, em que a política e a vida social foram entronizadas. Neste sentido, a ideia de condenação da política e das instituições como elementos garantidores da liberdade de expressão e do Estado democrático de direito confunde e desinforma todos.

PALAVRAS-CHAVE: Conjuntura crítica, crise política, impeachment, corrupção, operação lava-jato

Antônio Sérgio Araújo Fernandes¹

Email: antoniosaf@ufba.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4171-7759>

Marco Antonio Carvalho Teixeira²

Email: marco.teixeira@fgv.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3298-8183>

Jamili da Silva Palmeira³

Email: jambilpalmeira.adm@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6726-7258>

¹ Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração.

² Fundação Getúlio Vargas, EAESP, Departamento de Gestão Pública e Programa de Pós-Graduação em Administração Pública e Governo.

³ Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Núcleo de Pós-Graduação em Administração.

Artigo convidado

DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v25n81.81577>

ABSTRACT

The work aims at demonstrating the critical juncture in which Brazil has immersed since 2013 with street protests, including the 2014 election, Operation Car Wash, President Dilma's Impeachment, which culminated in the election of Bolsonaro. The elements of this situation are more related to a dispute between right- and left-wing positions, to a characterized way of life and centered on social networks, where politics and social life have been enthroned. In this sense, the idea of judicialized politics and institutions as elements that guarantee freedom of expression and the rule of law has been confusing and misinforming everyone.

Keywords: *Critical juncture, political crisis, impeachment, corruption, car wash operation*

RESUMEN

El trabajo tiene como objetivo el demostrar la coyuntura crítica que envuelve a Brasil desde 2013 con las manifestaciones en las calles, pasando por la elección de 2014, la Operación Lava jato, el impeachment de Dilma, y que culmina con la elección de Bolsonaro. Los elementos de esa coyuntura se relacionan más que a una disputa entre derecha e izquierda, a un modo de vida caracterizado y centrado en las redes sociales, donde la política y la vida social fueron entronizadas. En este sentido la idea de condena de la política y de las instituciones como elementos garantizadores de la libertad de expresión y del estado democrático de derecho, confunde y desinforma a todos.

PALABRAS CLAVE: *Coyuntura crítica, crisis política, impeachment, corrupción, operación lava jato*

INTRODUÇÃO

A noção de conjuntura crítica remete-nos a transformações nas rotas políticas e econômicas de determinados países, caracterizadas por momentos de tensão que resultam em variações dos padrões estabelecidos (Lipset; Rokkan, 1967). A demonstração dos elementos que constituem uma conjuntura crítica em um país representa um xadrez analítico de fatos e episódios que concorrem na compreensão de como tensões antecedem as mudanças, modificando padrões e construindo legados.

O objetivo deste trabalho é demonstrar a conjuntura crítica que envolve o Brasil desde 2013 com as manifestações de rua, passando pela eleição de 2014, Operação Lava jato, impeachment da presidente Dilma, e que culmina com a eleição do presidente Bolsonaro. Essa conjuntura não se encerra com o início da gestão Bolsonaro, já no poder há 17 meses, e, portanto, mos-

tra-se como ainda aberta, sobretudo após um elemento mais recente que se adiciona a essa conjuntura crítica que é a pandemia da Covid-19. De fato, o Brasil passa por uma conjuntura crítica que envolve vários países, e aqui tomou uma forma “à brasileira”. Os elementos dessa conjuntura relacionam-se, mais do que a uma disputa entre direita e esquerda, a um modo de vida caracterizado e centrado nas redes sociais, em que a política e a vida social foram entronizadas. Os elementos sociológicos ligados à estrutura brasileira também são alvo aqui de análise que se aliam a esse modo de vida e são muito importantes para compreensão desta conjuntura crítica, como a emergência de uma ideia de condenação da política e das instituições como elementos garantidores da liberdade de expressão e do Estado democrático de direito, confundindo e desinformando todos. Este trabalho está estruturado em seis seções, mais introdução e considerações finais. Na primeira seção, discute-se a noção de conjuntura crítica. A seguir, é enfocada a

conjuntura crítica no Brasil iniciada em 2013. Abordaremos em seguida, a reeleição de Dilma e o impeachment. Na seção seguinte, pós-impeachment com a gestão de Temer. Depois, a eleição de Bolsonaro e, por fim, alguns aspectos de sua gestão.

A NOÇÃO DE CONJUNTURA CRÍTICA

A noção de que transformações nas rotas políticas e econômicas de determinados países caracterizam-se por momentos de tensão que resultam em variações dos padrões estabelecidos (Lipset; Rokkan, 1967) parece intuitivamente fácil de ser afirmada (Collier; Collier, 1991). No entanto, a sistematização dos elementos que constituem essa afirmação é um quebra-cabeça analítico necessário à formação do conceito de conjunturas críticas, para auxiliar a compreensão de como tensões antecedem as mudanças, quebrando padrões e construindo legados.

De acordo com Collier & Collier (1991), conjuntura crítica significa: “períodos de mudanças significativas que normalmente ocorrem de maneiras distintas em diferentes países que se supõe que produzam legados distintos”. A sistematização do conceito contempla três componentes: a afirmação de que uma mudança significativa ocorreu; que ocorreu de maneira distinta, em casos distintos; e a hipótese explicativa sobre suas consequências. Estes componentes incorporam, ainda, elementos que sustentam os argumentos explicativos: as condições antecedentes; a crise; os mecanismos de produção e reprodução; a estabilidade dos principais atributos do legado; as explicações rivais envolvendo causas constantes e o final do legado (Collier; Collier, 1991). No entanto, a consistência dos estudos que buscam explicar

padrões de mudança a partir deste conceito deve dedicar atenção à identificação da conjuntura crítica hipotética e às variações em que ocorre, reconhecendo que explicações para os mesmos legados históricos em diferentes países (ou outra unidade de análise) podem não compartilhar a mesma sequência temporal de acontecimentos e resultados, por depender de como os mecanismos causais se articulam.

Nesta perspectiva, alguns estudos servem para demonstrar esta dinâmica, tais como o trabalho de Fernandes & Wilson (2013) que analisa a mudança institucional de gestão metropolitana, utilizando a noção de conjuntura crítica para entender porque o efeito que se esperava do federalismo municipal brasileiro não gerou a crise, mas a retomada da gestão metropolitana no Brasil a partir dos anos 1990. Há também o trabalho de Fernandes, Moraes, & Nascimento (2015), que analisa as reformas administrativas nos Estados brasileiros. Os autores tentam mostrar que a descentralização tributária e fiscal e o Plano Real, que pôs fim ao “jogo inflacionário” das instituições financeiras estaduais, se constituíram no momento crítico que introduziu o novo gerencialismo nas reformas administrativas que se seguiram no Brasil, principalmente a partir de 1995, com a criação do Ministério de Administração e Reforma do Estado (MARE)

Estes estudos ilustram como momentos críticos se tornam o ponto inicial de mudanças ao provocar novas condições que perturbam ou sobrecarregam os mecanismos existentes (Hall & Taylor, 2003), levando à alteração nos padrões de funcionamento destas instituições que podem se caracterizar por mudanças abruptas de curto prazo, capaz

de provocar mudanças substanciais no interior destas instituições, ou no início de um processo de pequenas alterações, em uma série temporal de mudanças gradativas.

Na seção seguinte, vamos observar como se desenvolve uma conjuntura crítica de “ruptura”, com o que chamamos de ordem política mundial, chegando à crise dos regimes democráticos com a emergência em vários países de lideranças reacionárias. Isso ocorre ainda que tivéssemos avançados em consensos internacionais que visavam a fortalecer direitos importantes como observamos na Carta da Sustentabilidade e todas as conferências de meio ambiente.

A CONJUNTURA CRÍTICA NO MUNDO A PARTIR DE 2013

Antecedentes – a ordem mundial a partir do pós-guerra e o início da “desordem”

A preocupação das nações ao final da Segunda Guerra Mundial era evitar que o capitalismo livre da grande empresa e do capital financeiro levasse o mundo de novo a aventuras totalitárias. Era necessário criar um ambiente que possibilitasse aos Estados nacionais gerar desenvolvimento, industrialização e progresso. Havia que mudar o papel do Estado na economia. Pleno emprego e crescimento dos salários reais tornariam-se os principais objetivos dos governos nacionais. Um dos marcos deste período é a conferência de Bretton Woods em New Hampshire, que, entre outras coisas, é palco da criação de importantes organismos multilaterais: FMI e Banco Mundial (Bocconera, 2004). Além disso, são acordadas funções econômicas de Estado: reguladoras -- câmbio, juro, moeda e controle de preços;

incentivo à atividade econômica -- política industrial, infraestrutura, tecnologia, emprego e renda (Fernandes, 2007)

Havia também que mudar o papel social do Estado. A cidadania, que era constituída originalmente como o conjunto de direitos políticos e direitos civis (estes dois desde as revoluções burguesas), ganha mais um conjunto de direitos: os sociais no século XX (Marshall, 1963). Isso fica compromissado com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e a elaboração da Declaração de Direitos do Homem, em 1948. Essa proteção do berço ao túmulo definiu as recomendações globais no que se refere às funções sociais de Estado: educação, saúde, previdência, habitação, seguro-desemprego, serviços públicos diversos (tratamento e abastecimento de água, limpeza urbana, transporte coletivo, etc) e combate à pobreza. Ou seja, ao longo da segunda metade do século XX, quando se observa a globalização como algo ligado ao contexto de um concerto de nações, pensa-se em um estado global cosmopolita (Farias, 2001) que pode se expressar através da própria ONU.

Uma das primeiras pautas mundiais que faz tomar corpo essa globalização mundial para além da economia e das funções sociais é a questão ambiental (<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente/>). Um marco nesse sentido é a realização da Conferência Nacional sobre Meio Ambiente realizada em Estocolmo, na Suécia, em junho de 1972. Depois, tem-se a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro entre 3 e 14 de junho de 1992. Assistimos também em 1997, à Conferências das Partes (COPs) – que tem como principal resultado a assinatura do Protocolo de Kyoto (pois a conferência foi na cidade de Kyoto), o qual

define algumas metas para a diminuição da emissão de gases de efeito estufa. No início do século, XXI, assistimos à Rio +10 (2002), que cria a Agenda 21, que, apesar do nome, ocorreu em Johannesburgo, na África do Sul; e também à Rio + 20 (2012), realizada no Rio de Janeiro, com o objetivo de discutir a renovação dos acordos de sustentabilidade, envolvendo a presença de representantes de 183 países (<https://nacoesunidas.org/conferencias-de-meio-ambiente-e-desenvolvimento-sustentavel-miniguia-da-onu/>). E, há cinco anos, em 2015, um acordo global que gira em torno de um novo consenso de mais de 150 líderes mundiais foi assinado na sede da ONU, em Nova York, para adotar formalmente uma nova agenda de desenvolvimento sustentável. Esta agenda é formada pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos, até 2030 (<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>).

Entretanto, a globalização expressa também muitos problemas que mostram o quão mal podem ir os regimes políticos, e mesmo as

democracias. Como é o caso das zonas de imigração de milhares de pessoas (entre elas, muitas crianças), que fogem de países pobres e/ou devastados por guerras civis e regimes ditatoriais lideradas por chefes de Estado autoritários apoiados por países ou blocos de países. Entre outros, destaca-se mais recentemente o caso da Síria. No mundo todo, o número de migrantes passa dos 243 milhões, o que gera impactos econômicos, sociais e políticos nessas nações.

O mapa a seguir, que pode ser encontrado originalmente no site metrocosm (<http://metrocosm.com/>) tenta mostrar todos os fluxos registrados pela Divisão de População das Nações Unidas entre os anos de 2010 e 2015. O mapa mostra o saldo de pessoas que o país recebeu (imigrantes) e que mandou para o exterior (emigrantes). Ou seja, se o país teve emigração de cem pessoas, mas imigração de 101 pessoas, o resultado é “1” positivo. Em vermelho, os países mais emigrantes (que mais enviam); em azul, os mais imigrantes (receptores).

Figura 1 – Fluxos de imigração e emigração no mundo entre 2010 e 2015



Fonte: metrocosm (<http://metrocosm.com/>)

A globalização e o multiculturalismo decorrem das facilidades de comunicação e deslocamento proporcionadas pelo avanço da tecnologia de informação e a ampliação dos mercados -- que fez diminuir o custo das passagens, tarifas (tanto alfandegárias como aduaneiras), bem como dos serviços. Evidentemente que este é um fenômeno global, mas continua mais intensamente sobretudo no continente europeu e nos Estados Unidos.

Além disso, um outro sério problema abalou sobremaneira a globalização: a grave crise econômica de 2008. São vários os fatores e Krugman (2009) explica de modo bastante detalhado a economia (política) da depressão de 2008. Basicamente foi uma crise sistêmica no capitalismo que teve origem nos Estados Unidos, no final dos anos 90, quando os bancos americanos começaram a emprestar dinheiro a milhares de pessoas sem nenhum mecanismo de garantia fiduciária exigida como pagamento; uma típica situação de *moral hazard* (risco moral).

As consequências da crise global de 2008 atingem o Brasil, pois a recessão brasileira em 2009 foi de 0,2%. Como medida anticíclica, foi criado, em 2010, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), em que foram previstos investimentos em diversos setores (cidades, habitação, transportes e energia, entre outros) como política anticíclica frente à recessão observada em 2009.

A crise das democracias representativas

Em paralelo a uma série de acordos mundiais que estabelecem uma nova ordem mundial, baseada na sustentabilidade social e ambiental, também se observou, so-

brevido nos últimos 25 anos, uma série de acordos multilaterais no sentido de prevenir e combater a corrupção, bem como gerar governos abertos e transparentes. Muitos países assinaram as três convenções internacionais anticorrupção – 1996, com a Organização dos Estados Americanos; 1997, com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e 2003 – ONU (Ramalho, 2017). Uma série de países ao longo dos anos estabeleceram em suas estruturas de Estado agências importantes de controle governamental e de combate à corrupção internamente. Esse foi o caso do Brasil com a criação da Controladoria Geral da União (CGU). De algum modo essa nova “era das investigações” torna o cidadão comum cada vez mais descrente da política partidária e da representação política.

Os políticos, que simbolicamente jamais gozaram de boa reputação entre a população, com o desvendamento de inúmeros casos de corrupção no mundo inteiro, terminaram por colocar os sistemas políticos em crise e deixar a sociedade cada vez mais cética no que se refere às instituições e à política como saída para os problemas sociais. Vários ex-chefes de Estado foram alvo de processo e/ou condenados por corrupção: Zuma na África do Sul; Cristina Kirchner, na Argentina; Sul Park Geun-hye, na Coreia do Sul; Elías Antonio Saca, em El Salvador; Nicolas Sarkozy, na França; Benjamin Netanyahu, em Israel; Silvio Berlusconi, na Itália; Ricardo Martinelli, no Panamá; Pedro Pablo Kuczynski, Alessandro Toledo e Alberto Fujimori, no Peru; e Svetozar Marovic, em Sérvia e Montenegro.

A crise política atual não é apenas uma questão de direita e esquerda. A “ruptura” é mais profunda; é o colapso gradual do mode-

lo político de representação em todo o mundo (Castels, 2018; Levitsky & Ziblatt, 2018, Mounk, 2018). É uma ruptura entre governantes e governados. A desconfiança nas instituições em quase todo o mundo deslegitima a representação política. Foi com esse mote que se assistiu às chamadas marchas de 2012 e 2013 em diversos países. A Primavera Árabe ao movimento *Occupy Wall Street* nos Estados Unidos, a *Los Indignados* na Espanha, e os protestos de junho de 2013 no Brasil, entre outros, tornaram-se amplas mobilizações populares contra o sistema de partidos políticos e democracia parlamentar (https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/06/130623_protestos_pressreview_bg.shtml). A descrença na democracia liberal vem na medida em que a profissionalização da política faz com que políticos defendam seus próprios interesses acima dos interesses comuns, levando a classe política a desprezar ideologias programáticas e defender seus cargos. Os partidos em um processo de burocratização extremo terminam por funcionar automaticamente em relação aos cidadãos.

Disso decorre a emergência nas eleições mais recentes de líderes radicais de direita, como é o caso, entre outros, de Viktor Orban, na Hungria; Mateusz Morawiecki, na Polônia; Sebastian Kurz, na Áustria; Matteo Salvini, na Itália (que deixou o poder recentemente); Rodrigo Duterte, nas Filipinas; Recep Tayyip Erdogan, na Turquia; Donald Trump, nos Estados Unidos; Boris Johnson, no Reino Unido; e, no Brasil, Jair Bolsonaro. De acordo com Levitsky & Ziblatt (2017), estes líderes terminam por esgarçar as instituições e os princípios democráticos mais relacionados à tolerância à oposição e franquia das liberdades de expressão e ao livre

pensamento, levando à morte das democracias num sentido análogo, mas distinto, ao que aconteceu no início do século XX com o movimento nazifacista na Europa.

Um dos elementos que influenciam a política na conjuntura crítica atual é a difusão e consequente força das redes sociais, que acentuam nos termos de Bauman (2001) a modernidade líquida. Para Bauman (2001), a sociedade atual pode ser classificada como uma modernidade líquida, que está em contraposição à modernidade sólida, que seria a modernidade da época do pós-guerra e da Guerra Fria. Diferentemente do século XX, a sociedade na conjuntura atual não possui grandes valores que podem engendrar projetos de novas sociedades. A busca do prazer individual é o fim último da sociedade líquida.

As redes sociais, numa conjuntura de modernidade líquida, ganham grande espaço, levando ao que Keen (2009) chamou de “Culto do Amador”. Os usuários de redes sociais em sua magnitude (Facebook, Myspace, Instagram, Twitter, Sanapchat, Youtube, Whatsapp e Telegram, entre inúmeras outras), são pessoas que não possuem talento artístico em sua ampla maioria e criam majoritariamente mediocridades de todas as formas. O efeito perverso deste culto do amador é a que a política foi dominada pelas redes sociais a partir da década de 2010, e isso foi decisivo em muitos processos políticos de mobilização, citados ulteriormente, e de arregimentação de pessoas desinformadas que propagavam fake news postando em condição igual à imprensa profissional, o que provocou inúmeros processos eleitorais no mundo, decisivos para levar ao poder uma série de líderes de direita radical.

A crise brasileira e as jornadas de 2013 – o início de algo muito maior

Podemos dizer que, no Brasil, a crise política ininterrupta e agudizada até o momento começa com os protestos em 2013, fruto de manifestações contra o aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus na cidade de São Paulo, liderados pelo “Movimento Passe Livre”. No início restrito a poucas centenas de participantes, os atos pela redução das passagens nos transportes públicos ganharam apoio popular em meados de junho daquele ano, sobretudo pela forte repressão policial contra os manifestantes. Na evolução desse processo milhares de pessoas passaram a tomar parte destas manifestações, iniciadas nas ruas de São Paulo e depois estendidas a várias capitais e grandes cidades brasileiras. Entretanto, quando os protestos tomam conta do país, não eram mais específicos. Transformaram-se em manifestações de natureza difusa em seus objetivos, quando se assistiu de repente a milhões de pessoas nas ruas protestando por uma grande variedade de temas como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais – Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral.

Pode-se interpretar as manifestações de 2013 como um misto de crise de expectativas somado à incapacidade do Estado em responder a todas as demandas da sociedade. No primeiro aspecto, o país experimentava um momento de certa prosperidade econômica individual, em que consumo, renda, emprego e recursos para investimentos estavam ocorrendo. Porém os serviços

públicos em geral não correspondiam ao aumento da renda das pessoas. O país assistiu ao protesto difuso dos mais diversos setores e segmentos da sociedade, sobretudo de pessoas que ascenderam a estratos de renda média (Neri, 2011). Ou seja, essas pessoas que prosperaram economicamente durante todo o período entre 1994 até aquele momento -- devido à estabilidade econômica e à boa posição relativa internacional do Brasil por conta de um boom de commodities no mercado internacional --, eram as mesas que foram protestar por melhores serviços e combate ferrenho à corrupção. De acordo com Unger (2018), sociologicamente essa “nova classe média”, se baseia essencialmente em pilares, tais como o empreendedorismo individual e a auto-ajuda, estudou em faculdades privadas, constrói novas casas em seus próprios bairros, filia-se a igrejas evangélicas ou neopentecostais, é conservadora nos costumes e acredita no esforço individual e na responsabilidade de cada um pelo seu próprio destino.

Apesar disso, a crise política que levou à crise econômica aguda -- que tem sua origem em 2013, mas começa fortemente a partir de 2015, algo que comentaremos mais adiante --, teve impacto profundo na vida econômica desta nova classe média brasileira, gerando um ressentimento desta parte emergente da população com o Estado, a classe política e as instituições em geral. Esse ressentimento tem uma base de explicação em Bourdieu (1983), que é “o ressentimento ligado ao fracasso só torna quem o experimenta mais lúcido em relação ao mundo social, cegando-o ao mesmo tempo em relação ao próprio princípio dessa lucidez”.

Daí decorre que o brasileiro emergente ou

da nova classe média não possui identidade de classe. Tem uma renda de nível médio, mas quer consumir e ter hábitos similares ao de pessoas consideradas “ricas”. É um comportamento de dissonância cognitiva de sua posição na sociedade, pois quanto mais marginalmente se melhora em consumo, menos se sente identificado com o que se é realmente. É uma crise de identidade de classe ou posição social no Brasil, daí observarmos a falta de empatia e solidariedade que hoje tomou conta do país, com tantas pessoas tendo ódio de pobres. Essa constatação sociológica tem sua explicação, segundo Bourdieu (1983): “Os circuitos de consagração são tanto mais poderosos quanto mais longos são, mais complexos e mais escondidos, até mesmo aos próprios olhos dos que neles participam e deles se beneficiam”.

Um outro problema que se junta ao das redes sociais, que teve como efeito perverso o individualismo em sua anomia social frequente, foi ter o combate à corrupção como problema monotemático brasileiro, algo que começa em 2014, fruto da divulgação ampla da Operação Lava Jato. E é este um dos elementos que serão discutidos adiante, relativos à conjuntura crítica de 2013 no Brasil.

CONJUNTURA CRÍTICA DE 2013 E SEUS EFEITOS IMEDIATOS

O período pós-2013 no país foi bastante significativo do quanto conjunturas críticas instabilizam a competição política ao desencadear um processo de enfraquecimento de partidos que até então eram os principais atores da cena política brasileira (PT e PSDB), e também de suas lideranças políticas que, afetadas pela perda de reputação

pública, viram diminuídas suas capacidades de influenciar votos e destinos políticos do país. No caso brasileiro, registrava-se, após o impeachment de Fernando Collor em 1992, o PT e o PSDB disputando o cargo em segundo turno das eleições presidenciais de 1994 até a de 2014, ou seja, 20 anos de estabilidade.

Dilma Rousseff: conjunturas críticas e processo de impeachment

O processo eleitoral de 2014, que teve ainda PT e PSDB como principais protagonistas, marca a mudança de uma trajetória que havia sido caracterizada pela polarização entre esses dois partidos na disputa presidencial desde 1994. Os motivos para a interrupção dessa trajetória e o início de um novo ciclo político foram diversos, mas se complementam. E, dentre eles, destacamos: as implicações dos escândalos de corrupção e da Operação Lava Jato; a inabilidade política da presidente Dilma Rousseff e; uma combinação das crises política e econômica que cristalizaram um ambiente favorável ao processo de impeachment.

Antes de observar o pleito de 2014, importa também recordar que, em 2010, Lula termina seu segundo mandato, aprovado por 87% dos brasileiros (<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/1211078-acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>) e indica Dilma Rousseff como sua candidata à sucessão. Dilma ganhou no segundo turno, após derrotar José Serra, do PSDB. Entretanto, Dilma abre uma crise política com os partidos de sua base de apoio como decorrência de escândalos de corrupção. Em menos de um ano de mandato, demitiu

sete ministros, inclusive Antônio Palocci, tido como um dos cardeais do seu partido. O PT acabou divulgando um documento intitulado “criminalização generalizada da base aliada”. A habilidade política da presidente mostrava-se bastante frágil a ponto de ser criticada por seu próprio partido.

Isso se deve em grande parte ao que ocorreu em 2012, quando o STF julgou a ação penal 470 conhecida como “mensalão”, que condenou 25 pessoas por atuarem num esquema de compra de votos. Dentre elas, dois ex-presidentes do PT: José Dirceu e José Genoíno. A oposição, que já havia usado largamente o mensalão como estratégia para desgastar o governo e o PT, agora passou a ter uma condenação no STF como trunfo para questionar a postura ética dos governos petistas.

Em 2014, candidata à reeleição, Dilma se vê, depois dos protestos de 2013 e do desafio de organizar a Copa do Mundo de futebol, diante de um episódio que vai incidir diretamente nas eleições e selar, mais para a frente, o seu destino político: a operação Lava Jato.

A operação Lava Jato e sua dimensão política

Considerado o maior caso de investigação de corrupção no país, a operação Lava Jato iniciou em março de 2014 na Justiça Federal de Curitiba, comandada pelo juiz Sérgio Moro. Seus desdobramentos ainda ecoam em 2020 em vários Estados. O ponto culminante foi a investigação de contratos da Petrobras supostamente superfaturados, que geravam propinas para políticos. Depois se desdobrou para vários contratos em órgãos federais e governos estaduais.

A interferência da Lava Jato pôde ser vista já na eleição presidencial de 2014 por meio de vazamentos de depoimentos para a imprensa de forma quase simultânea à disputa eleitoral, envolvendo agentes políticos ou partidos no momento da disputa (<https://oglobo.globo.com/brasil/veja-doleiro-diz-que-dilma-lula-sabiam-de-tudo-14341970>,). Ainda em 2014, na véspera do segundo turno das eleições, circulou uma fake news que vinculava uma suposta morte do doleiro Alberto Youssef ao PT. Homologada pelo STF em dezembro de 2014, a delação de Youssef possibilitou à Procuradoria Geral da República (PGR) denunciar vários políticos, dentre estes parlamentares do PT, do PSDB e de outros partidos, incluindo o presidente da Câmara à época, Eduardo Cunha. Apesar dos holofotes sobre o PT, a Lava Jato assumiu um tom mais suprapartidário.

O ativismo da Lava Jato projetou para a cena política três personagens do sistema de Justiça como paladinos do combate à corrupção. O Juiz Sérgio Moro e os procuradores Deltan Dallagnol e Rodrigo Janot. Destes, Moro se tornou o principal ao ganhar a simpatia de uma legião de opositores do PT, inclusive de membros do PSDB, por desgastar o partido e um grupo que estava no comando do país por quatro mandatos e também por passar para a história política em dois momentos de embate público com os petistas.

O primeiro foi por sua decisão juridicamente controversa que obrigou Lula a ser conduzido coercitivamente para depor (<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/03/05/conducao-coercitiva-de-lula-e-considerada-excessiva-para-maioria.htm>). O segundo foi por ocasião do manda-

do da prisão do próprio Lula, expedido por Moro, em abril de 2018, ano eleitoral em que o PT queria lançar a candidatura Lula à presidência. Outra decisão que também teve interferência direta nas eleições de 2018 ocorreu seis dias antes do segundo turno entre Haddad e Bolsonaro. Nela, Moro derrubou o sigilo da delação em que Antonio Palocci afirmava que “das cerca de mil MPs (medidas provisórias) editadas nos quatro governos do PT, em pelo menos novecentas houve cobrança de propina” (<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/02/moro-divulgou-delacao-de-palocci-para-favorecer-bolsoanro-diz-gilmar.htm>). A condução coercitiva e a prisão de Lula foram transmitidas ao vivo por redes de rádio e TV.

Dilma: reeleição, crises política e econômica e processo de impeachment

Dilma foi reeleita em segundo turno com 51.64% dos votos válidos, superando o então senador Aécio Neves, do PSDB, na eleição presidencial mais polarizada desde a redemocratização. O final das eleições não arrefeceu os conflitos políticos. Ao contrário do que se esperava, acirrou ainda mais os ânimos entre petistas e antipetistas, divisão que estimulou Aécio a insistir na deslegitimação das eleições. Em dezembro de 2014, em entrevista com um tom agressivo disparou “Eu não perdi a eleição para um partido político. Eu perdi a eleição para uma organização criminosa que se instalou no seio de algumas empresas brasileiras patrocinadas por esse grupo político que aí está” (<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,aecio-diz-que-perdeu-para-organizacao-criminosa-e-pt-reage,1600719>). Aécio chegou a dizer que não reconhecia os resultados da eleição e pediu recontagem de

votos, alegando suspeitas de fraudes denunciadas nas redes sociais, o que foi rechaçado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

A fala de Aécio estimulou grupos antipetistas com forte presença nas redes sociais a defenderem abertamente o processo de impeachment.

Empossada, Dilma vivia perda de popularidade intensa, o que podia ser explicada pelo efeito da operação Lava Jato e pela rápida deterioração da economia, refletida no aumento da taxa de desemprego que foi de 4,3% da População Economicamente Ativa (PEA) em dezembro de 2014, de acordo com IBGE, para 9,6% em dezembro de 2015. A inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) saltou de 0,78% em dezembro de 2014 para 10,67 % em dezembro de 2015. O impacto negativo da crise na popularidade de Dilma foi devastador. Em dezembro de 2014, seu governo era avaliado como ótimo e bom por 42% dos entrevistados pelo Datafolha, com 24% considerando ruim ou péssimo. Em novembro de 2015, o mesmo instituto revelou que apenas 10% consideravam o governo ótimo e bom e 67% ruim e péssimo.

O conjunto dos dados corroboram para compreender a formação de um ambiente favorável para a abertura de um processo de impeachment. O estopim midiático do processo foi um episódio tendo Sérgio Moro como pivô, quando este divulgou, sem autorização, um grampo telefônico de uma conversa entre a presidente Dilma e o ex-presidente Lula. Dilma estava nomeando Lula naquele momento como chefe da Casa Civil e supostamente para a equipe da Lava Jato seria para protegê-lo, pois, se nomeado, te-

ria direito a fórum privilegiado nos processos que a força-tarefa tinha contra ele.

Como não havia elementos contra Dilma na Lava Jato, a brecha encontrada foi a alegação de crime fiscal ou pedaladas fiscais, como ficou conhecido (Villaverde, 2016). A abertura do impeachment foi aceita pela Câmara Federal em dezembro de 2015. O afastamento definitivo ocorreu em 31 de agosto de 2016 em votação no Senado.

Os efeitos da Lava Jato sobre a política não diminuíram com a queda de Dilma. Com a posse de Michel Temer, seu vice, e a continuidade das investigações, não apenas Temer, como também Aécio Neves e o PSDB seriam os próximos atingidos.

O PÓS-IMPEACHMENT E O GOVERNO TEMER

Michel Temer toma posse como presidente em 12 de maio de 2016. E, apesar de ser governo de um presidente tampão, analistas o viam como um elemento de otimismo, embora cauteloso. O governo estava ancorado em um documento escrito pelo MDB – “Ponte para o Futuro”, de 2015 --, calcado sobretudo na questão fiscal, tendo forte ênfase na Reforma da Previdência e no controle de gastos públicos, superávit fiscal e diminuição da dívida pública, privatizações e mudanças na área trabalhista. Não que o que se estivesse proposto ali já não estivesse em curso desde há muito, iniciado com o presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), passando pelas duas gestões do presidente Lula. E mais: o documento não detalhava como seriam as ações e em que se diferenciariam dos governos anteriores.

Mesmo assim, com um país tentando sair de uma recessão fruto da crise política que dividiu o Brasil, não houve quem não encontrasse ali um mecanismo para fazer acontecer as reformas até então virtuais e que eram muitas, com um congresso acuado por denúncias de corrupção, sobretudo caixa 2 em campanhas, oriundas da Lava Jato que chegaram à PGR. De acordo com Limongi (2017), a adesão do vice-presidente à operação impeachment ofereceu a senha para os políticos ameaçados pela Lava Jato. Cunha e Temer arriscaram tudo.

Temer precisava assumir para fazer o que Dilma se mostrara incapaz de fazer: oferecer proteção aos amigos e a si. Neste sentido, logo nos primeiros meses de governo, o então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pede prisão de aliados de Temer a partir de uma delação premiada de um ex-presidente de estatal que implicava: Renan Calheiros, Romero Jucá, José Sarney e Eduardo Cunha (à época presidente da Câmara de Deputados), todos do MDB, acusando-os de obstruir a Lava Jato.

Com a posse de Temer, a relação Executivo-Legislativo parecia tão clientelista quanto as das gestões anteriores, uma vez que quase 80% dos congressistas envolvidos, direta ou indiretamente, em esquemas de caixa 2 de campanhas eleitorais passadas permanecem no Parlamento. Entretanto, a relação do governo com a PGR parecia bastante conflituosa, visto que a procuradoria também solicitou pedido de prisão para Temer em outubro de 2017, que foi encaminhado à Câmara de Deputados, sendo rejeitado por 251 votos contra 233 a favor. Deste modo, o governo Temer sem legitimidade popular e sem governabilidade congressional terminou

ao fim e ao cabo a aprovar, como saldo, medidas muito antipopulares como o “teto de gastos” e a reforma trabalhista que altera a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) em mais de cem pontos. Todavia, a Reforma da Previdência, que estava para ser votada em segundo turno pelo Congresso, foi abortada devido à intervenção federal no Rio de Janeiro que impedia a votação de Proposta de Emenda à Constituição (PECs).

Em suma, o governo Temer acentuou o fiscalismo, com o teto de gastos e nas outras pautas de reformas foi frustrado. Isso decorreu do fato de ele não possuir apelo popular para tais reformas impopulares, dado que o combate à corrupção se tornou uma espécie de mantra do eleitor, e também por não possuir uma base parlamentar forte, como foi visto na Reforma da Previdência. Um elemento que fica claro como de patologia das instituições políticas brasileiras é a manutenção do presidencialismo de coalizão (Abranches, 2018).

A eleição de 2018 se encaminhava. O ódio e a polarização acentuavam-se nas redes sociais. Só que desta vez a forma de fazer política mudou e o establishment político não conseguiu compreender o que se passava. O fosso relacional entre os políticos e os eleitores parecia gigante. Um cenário, aliás, que na história mundial já levou ao surgimento de líderes e políticos nunca antes imaginados como capazes de ganhar uma eleição. É isso que veremos na seção seguinte com a vitória de Bolsonaro.

A ELEIÇÃO E OS 17 MESES DE BOLSONARO ATÉ AQUI

As eleições de 2018 traziam várias dúvidas.

A primeira delas era se Lula seria de fato candidato. A segunda tinha a ver com a força de um competidor novo na disputa: Jair Bolsonaro, ainda sem partido e sem estrutura de campanha. A terceira era acerca da viabilidade eleitoral de atores políticos já conhecidos de outras disputas como Ciro Gomes, Marina Silva e Geraldo Alckmin, frente a uma conjuntura que se mostrava ruim para nomes tradicionais.

A primeira dúvida foi dirimida próximo da realização do processo eleitoral. Em 31 de agosto, por seis votos a um, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) rejeitou o registro da candidatura Lula ao considerar que ele estava enquadrado na “Lei da Ficha Limpa” (LC 135/2010), por ter sido condenado no início daquele mesmo ano por corrupção passiva e lavagem de dinheiro em decisão colegiada, no caso do triplex em Guarujá (SP), no âmbito da Lava Jato.

A solução do PT foi lançar Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, tendo Manóela D’Ávila, do PC do B, como vice. Marina Silva candidatou-se pela terceira vez consecutiva, agora pela Rede Sustentabilidade; anteriormente, tinha sido pelo PV em 2010 e pelo PSB em 2014. Ciro Gomes, por sua vez, foi lançado à presidência pelo PDT com o apoio de pequenos partidos. O PSB não lançou candidato e aliou-se estrategicamente com o PT, o PDT e o PSDB em diferentes Estados.

Acuado com o envolvimento de seu ex-candidato em 2014, Aécio Neves, na Lava Jato, o PSDB trouxe o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin para a disputa em aliança como o fragmentado Democratas que em muitos Estados via suas principais lideran-

ças apoiarem Jair Bolsonaro.

Bolsonaro, que havia deixado o PSC e negociado candidatura com o Patriotas, acabou lançando-se pelo Partido Social Liberal (PSL) numa aliança com o PRTB, partido a que se filiou o general Antonio Amilton Mourão que foi escolhido como o seu vice. Jair Bolsonaro despontava como um nome de segundo turno mesmo com pouquíssimo tempo de TV e recursos de financiamento eleitoral reduzidos. Foi esse o contexto que a longa conjuntura crítica iniciada em 2013 produziu.

Para muitos, desencantados com os escândalos de corrupção, não havia saída pelos partidos e o país precisava de um regenerador. A campanha política nasce marcada pela antipolítica. De um lado, grupos altamente organizados nas redes sociais reiterando fatos que desqualificavam partidos e políticos e apontando solução numa candidatura fora do sistema. O fato de Bolsonaro não pertencer a nenhum partido grande, apesar de ter sido do PP – hoje progressistas – por muito tempo corroborava com essa narrativa.

A figura individual era exaltada em detrimento dos partidos, das instituições e da ação coletiva. Tal situação se consolidou no momento em que Jair Bolsonaro foi objeto de um atentado, durante um evento público, que quase lhe tirou a vida – foi alvo de uma facada durante comício na cidade de Juiz de Fora (MG) --, e cujas imagens foram transmitidas para todo o país. Seus correligionários espalhavam a ideia de que os adversários tentaram tirá-lo da disputa.

Jair Bolsonaro acabou ficando com 46,03%

dos votos válidos em primeiro turno. Fernando Haddad veio em seguida com 29,28% e Ciro Gomes com 12,47%. Alckmin, candidato do PSDB, acabou em quarto com menos de 5%. Marina Silva, que quase foi ao segundo turno em 2014, ficou com apenas 1%.

O segundo turno não foi diferente do primeiro. A guerra digital intensificou-se e o bolsonarismo lançou mão de armas para desgastar o candidato petista entre os eleitores evangélicos e mais conservadores. Menção desqualificadora sobre políticas de gênero, sobre grupos LGBTs e sobre valores da família eram constantemente associadas ao petista. Soma-se a isso o fato de o terceiro colocado, Ciro Gomes, ter abdicado de apoiar de maneira ostensiva o candidato do PT.

Nesse cenário, Jair Bolsonaro apenas cumpriu tabela. Com 55,13% dos votos válidos (57 milhões de eleitores), Bolsonaro, um candidato sem partido, sem propostas e apenas com uma retórica assentada contra a corrupção, nos valores da pátria, da família e de Deus, tornou-se presidente da República. O somatório das abstenções, votos nulos e brancos atingiu mais de 42 milhões de eleitores, números suficientes para suplantarem os cerca de 10.7 milhões que separaram Bolsonaro de Haddad. Em 2014, abstenção, brancos e nulos somaram cerca de 37 milhões; em 2010, foram 36 milhões. Ou seja, um incremento de cerca de 5 milhões de eleitores. E essa expressiva quantidade de eleitores que não votaram em ninguém em 2018 ajuda a entender o tamanho do desencanto com a política e os nomes que foram apresentados. A campanha de Bolsonaro praticamente foi toda feita pelas redes sociais. E o fato de ter sido alvo de um atentado tornou-o heroico. Assim, as redes sociais foram devastado-

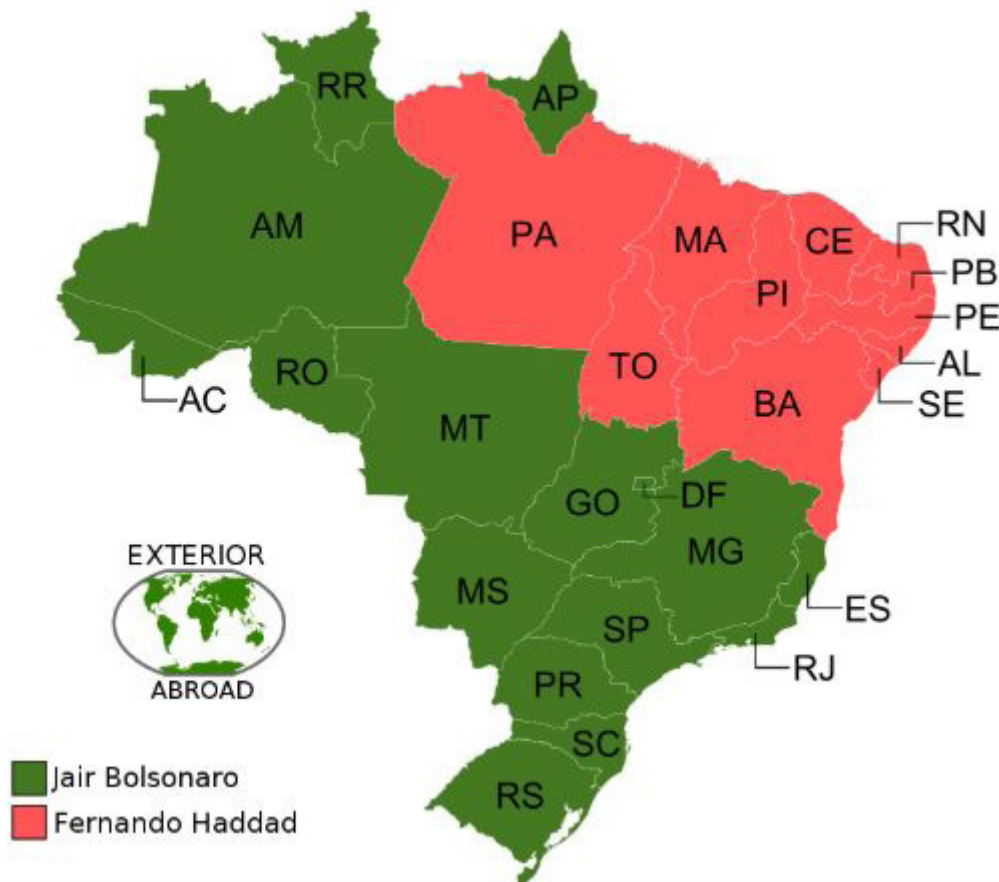
A LONGA CONJUNTURA CRÍTICA BRASILEIRA DESDE 2013: CRISE E CASTIGO

ramente o lócus virtual-real da campanha política (<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>).

O partido pelo qual Bolsonaro foi eleito, o desconhecido Partido Social Liberal (PSL), era quase uma “legenda de aluguel”. Com a entrada de Bolsonaro, o PSL arregimentou vários políticos que foram eleitos e se tornou a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados com 52 parlamentares. (<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ga>

[nha-52-representantes.ghtml](https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ga-nha-52-representantes.ghtml)).

Jair Bolsonaro foi uma resposta encontrada pela maioria da população à conjuntura crítica que estamos experimentando desde 2013, calcada em combate à corrupção e diminuição da criminalidade. Mas também significa a busca da demonstração de que aquela “nova” classe média, anteriormente comentada, encontrou nesta figura um suposto líder capaz de tirá-la do fracasso em que a crise econômica os afundou. A vitória de Bolsonaro só não ocorreu nos Estados da Região Nordeste e no Pará. Nos demais Estados brasileiros e no Distrito Federal ele venceu, conforme mapa eleitoral do segundo turno da eleição presidencial abaixo:



Fonte: <https://www.valor.com.br/eleicoes-2018/analises?turno=2>

Bolsonaro, ex-capitão do Exército, tem uma trajetória acidentada. Foi para a reserva após um episódio de quase expulsão por indisciplina em 1988 (Carvalho, 2019), ano em que venceu eleição para vereador no Rio de Janeiro. Em 1990, foi eleito para a Câmara dos Deputados, onde permaneceu por sete legislaturas, ou 28 anos. Conhecido por ser um deputado do “baixo clero” e por ser ferrenho defensor da ditadura militar brasileira e regimes ditatoriais. Costumava expressar-se sempre e de modo explícito com todos os ditames possíveis de um reacionário radical. Apresentava-se como solução para a crise de corrupção que assolava o establishment político já citada aqui, sobretudo devido à atuação da Lava Jato, que tornou a corrupção o principal tema em discussão no país. Era um político isolado como deputado, sem nunca ter assumido qualquer liderança, nem ter sido escolhido como relator de qualquer projeto. Mesmo assim, teve pouco mais de 1/3 de votos do eleitorado brasileiro. Foi um retrocesso iliberal politicamente a eleição de Bolsonaro (Hunter & Power, 2019).

Existe uma evidência clara de que o “partido” da Lava Jato via em Bolsonaro um apoio para promover seu permanente combate à corrupção. O juiz Sérgio Moro -- que foi central nessa força-tarefa em Curitiba formada pelos procuradores federais e que tinha realizado com muita heterodoxia judicial uma série de prisões preventivas de empresários e políticos --, foi convidado para ser ministro da Justiça e Segurança Pública e aceitou o convite. Comandou a pasta de 1º de janeiro de 2019 a 24 de abril de 2020, quando pediu exoneração do cargo.

BOLSONARO NA PRESIDÊNCIA

A gestão do presidente Bolsonaro tem sido marcada pela descoordenação, desorganização e falta de expertise com a gestão da máquina pública. Além disso, a todo instante o presidente insiste em interferir via rede social, dando opiniões que comprometem decisões. Traduz-se como um governo errante, que foi fruto de processo eleitoral atípico, de uma composição governamental que fragmentou o governo em pedaços e favoreceu a sua descoordenação e, de uma relação com as instituições da democracia marcada pela constante tensão que destrói qualquer espírito colaborativo.

No que se refere à última questão aqui colocada, não é preciso um conjunto de exemplos para ilustrar o desrespeito do presidente e de parcela de seus aliados com as instituições da democracia. Poderíamos voltar às eleições quando veio de um de seus filhos uma ameaça ao STF. Ou quando no seu voto a favor do impeachment da presidente Dilma exaltou um coronel torturador da ditadura militar. Também poderíamos lembrar de um momento em que disse que não se aceitaria outro resultado da eleição que não fosse a vitória. Já no governo sobram situações: desde insinuações negativas ao Congresso e aos presidentes das duas Casas, como também a participação e acenos em atos públicos que defendem o fechamento tanto do STF como do Congresso Nacional acompanhado muitas vezes do coro “não tem mais negociação”.

A gestão da economia é marcada por uma tentativa de neoliberalismo anacrônico que em nada dá resultado a não ser mais desemprego, recessão, maxidesvalorização da

moeda, inexistência de investimentos, crescimento pífio de 1,23% em 2019, sem objetivos ou metas setoriais. Ademais, a simples gestão da máquina é ineficiente como se verifica com a fila de aposentados que esperam para receber seu benefício pelo INSS. Nas áreas mais ligadas à educação, cultura, cidadania e aos direitos humanos prevalece, além da ineficiência, uma ideologização numa guerra cultural declarada a tudo e todos (instituições ou lideranças) que representam qualquer forma de conhecimento sólido ou debate esclarecido. Afora o fato que grande parte das pastas ministeriais é formada por Generais da Reserva. Por fim, a mais explícita descoordenação está no combate à pandemia da Covid-19. O mundo inteiro marcha na direção do isolamento social como política indispensável para lidar com essa doença. No Brasil, o Ministério da Saúde e a maioria dos governadores de Estados seguem tal orientação. Paradoxalmente, o presidente da República sabota a campanha ao furar o isolamento e participar de manifestações públicas na defesa de seus propósitos. Em suma, não temos presidente, porque este não é visto como tal. Não temos governo, pois cada pasta segue uma orientação sem que haja um objetivo comum que as coordene e as conduza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os eventos iniciados em 2013 como a invasão e quebra de vidros em prédios do STF e do Congresso, assim como a queima de bandeiras de partidos e o uso de bonecos de políticos para simbolizar agressões ou mesmo assassinatos destes foram também vistos largamente durante as manifestações em defesa do processo de impeachment e,

mesmo, durante as eleições de 2018. Assim como também não podemos esquecer de agressões mais recentes a jornalistas ou mesmo ameaças como “cala a boca” proferida pelo próprio Bolsonaro. Em suma, tudo isso traduz a criminalização da política e da liberdade de expressão sob o sorriso e os acenos de um presidente democraticamente eleito.

A descoordenação e ausência de expertise governamental também são vistas de forma explícita. A ascensão de um grupo político sem que apresentasse um projeto baseado na ação coletiva e nos primórdios civilizatórios que se governa para todos e não apenas para os seguidores, além de ser um governo orientado pela retórica moral anticorrupção e nos chamados valores da família cristã, não poderia nos levar a outro lugar. Tem sido muito comum que as decisões governamentais, tomadas cada vez mais por poucos, busquem falar na realização da vontade do povo, como se povo fosse uno em valores e em demandas. Criminalizam as diferenças, sejam elas por opção sexual, por opção religiosa, ou mesmo por visões diferentes sobre a política democrática. Tornou-se mais inseguro ultimamente ser minoria no Brasil. A perda do sentido de tolerância acentuou-se e vem encontrando guarida no discurso de algumas autoridades que confundem o que é público com suas opções da esfera íntima, que muito têm a ver com escolhas morais e religiosas. A insistência em projetos como Escola Sem Partido e o combate ao debate sobre gênero expressa o crescimento da intolerância.

Os movimentos de 2013 deram início à construção de uma ideia assentada na moral e em oposição às instituições, como se estas

fossem um mal em si. Parte dos manifestantes não sabiam, talvez ainda não saibam, a diferença entre instituições e indivíduos, por isso propõem a destruição e o fechamento dessas instituições sob a justificativa de que indivíduos as conduzem mal. Entretanto, o que vivemos agora é o efeito limite de tudo isso: alguém que confunde a instituição presidência da República com ele próprio, o Presidente.

Por fim, o legado dessa conjuntura crítica pode ser a superação da crise política em ambiente plural e fortalecimento das instituições democráticas. Mas também pode ser o contrário; nos encontraremos com a tirania e aí tudo o que o país construiu desde a redemocratização e a CF88 poderá ser jogado fora, como se esses 35 anos não tivessem valido nada, apenas se tornado um ciclo intermediário de um resultado obscuro para o Brasil sem prazo definido para terminar.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, S. (2018). *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo: Cia das Letras.

BARBOZA, E. M. Q., KOZICKI, K. (2012). Judicialização da Política e Controle Judicial de Políticas Públicas. *Revista Direito GV*, São Paulo 8 (1), 59-86. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1808-24322012000100003>

BAUMAN, Z. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.

BOCCANERA, S. (2004). *Bretton Woods*, 60. Primeira Leitura. 25

BOURDIEU, P. (1983). *Questões de Socio-*

logia. São Paulo: Marco Zero.

CARVALHO, L. M. (2019). *O Cadete e o Capitão. A Vida de Jair Bolsonaro no Quartel*. São Paulo: Todavia.

CARVALHO, J. M. (2002). *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

CASTELS, Manuel (2018). *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar.

COLLIER; D.; COLLIER, R. B. (1991) *Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America*. Princeton, Nova Jersey: Princeton University Press.

FARIAS, F. B. de (2001). *A Globalização e o Estado Cosmopolita*. São Paulo: Cortez.

FERNANDES, A. S. A. (2007). Políticas Públicas: definição, evolução e o caso brasileiro na política social. In: DANTAS, H; MARTINS JÚNIOR, J. P. (orgs.). *Introdução à Política Brasileira*. São Paulo: Paulus, pp. 203-255. (cap.13)

FERNANDES, A. S. A.; WILSON, R. H. (2013). Mudança institucional e gestão metropolitana no Brasil: O municipalismo autárquico e as finanças municipais metropolitanas. *Revista Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 47, n. 3, p. 777-800. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000300011>

FERNANDES, A. S. A., MORAES, D. B.; NASCIMENTO, A. M. (2015). Reformas administrativas nos estados brasileiros: O caso da reforma administrativa do estado do Piauí. *Cadernos, Gestão Pública e Cidadania*, São

Paulo, v. 20, n.67, jul./dez DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v20n67.35143>

HALL, Peter A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo (2003). *Lua Nova*, 58. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>

HARVEY, D. (1992) *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola.

KEEN, A. (2009). *O Culto do Amador. Como Blogs, Myspace, Youtube e a Pirataria Digital Estão Destruindo Nossa Economia, Cultura e Valores*. Rio de Janeiro: Zahar Editores

KRUGMAN, P. (2009). *A Crise de 2008 e a Economia da Depressão*. Rio de Janeiro: Campus.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. (2018). *Como as Democracias Morrem*. Rio de Janeiro: Zahar.

LINDBLOM, C.H. The Science of “Muddling Through” (1959). *Public Administration Review*, 19(2)79-88. Disponível em: <https://faculty.washington.edu/mccurdy/SciencePolicy/Lindblom%20Muddling%20Through.pdf>

LIMONGI, F. (2017). *Impedindo Dilma. Novos estudos*, São Paulo, Edição especial, p. 5-13. DOI: <http://dx.doi.org/10.25091/S01013300201700040001>

LIPSET, Seymour Martin, & ROKKAN, Stein

(1967). *Party systems, and voter alignments: Cross-national perspectives*. New York: The Free Press.

MARSHALL, T.H. (1963) *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro, Zahar.

MOUNK, Y. (2018). *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. Tradução Cássio de Arantes Leite e Débora Landsberg. São Paulo: Companhia das Letras.

NERI, M. A (2011) *Nova Classe Média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva.

RAMALHO, C. F. (2017). *Transparência e prevenção da corrupção - desenho institucional e atores: um estudo comparado Brasil-Chile*. 2017, 121 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/24244/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20Mestrado-C%c3%89SAR%20FONSECA%20RAMALHO.pdf>

UNGER, R. M. (2018). *Depois do Colonialismo Mental: repensar e reorganizar o Brasil* (2018). São Paulo: Autonomia Literária.

VILLAVARDE, J. (2016). *Perigosas pedradas: Os bastidores da crise que abalou o Brasil e levou ao fim o governo Dilma Rousseff*. São Paulo: Editora Geração.